



DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE

Maria Eduarda Dos Santos Jaskulski

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Resumo: A educação no sistema prisional configura-se como um direito fundamental e um instrumento de ressocialização, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Contudo, a efetivação desse direito, especialmente no que tange ao processo de alfabetização de jovens e adultos privados de liberdade, enfrenta uma série de obstáculos. Esta investigação teve como objetivo central analisar os desafios da prática docente no espaço prisional e identificar os obstáculos que impactam na atuação pedagógica do alfabetizador na educação de jovens e adultos. Caracterizada por uma abordagem qualitativa, a pesquisa adotou a metodologia de estudo bibliográfico e documental, analisando produções acadêmicas, a Constituição, a LDB, as Diretrizes Nacionais para a EJA prisional e relatórios como o do Mutirão Carcerário do CNJ. Os resultados evidenciaram desafios multidimensionais, incluindo a falta de recursos pedagógicos e infraestrutura, a carência de formação específica e continuada para os docentes, a desvalorização profissional, a ausência de apoio psicológico e o preconceito social enfrentado por esses educadores. Como contraponto, identificou-se que os docentes desenvolvem estratégias criativas e adaptativas, como o uso de jogos e vídeos, para tornar o processo de alfabetização significativo. Conclui-se que a prática docente no cárcere deve ser compreendida como um espaço formativo e emancipatório, sendo crucial a implementação de políticas públicas que garantam formação adequada, condições dignas de trabalho e reconhecimento a esses profissionais, que atuam como agentes centrais na reconstrução de projetos de vida e na quebra de ciclos de violência e exclusão.

Palavras-chave: Prática docente; Alfabetização; Pessoa privada de liberdade.

INTRODUÇÃO

A presente investigação teve como estudo a educação no ambiente prisional e como ela é vista como uma ação que leva o educando privado de liberdade a mudar a sua postura diante das normas sociais, agindo a partir da reflexão dos conhecimentos adquiridos. Uma grande parcela desses educandos inicia as primeiras letras no contexto de aprisionamento. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicados em 2024, 9,3 milhões dos brasileiros são analfabetos e, desse número, 14.357 são analfabetos no sistema prisional no Brasil.

A partir da Constituição Federal, no artigo 205, define que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Frente a esse contexto e diante da provocação pessoal da autora sobre a defesa da alfabetização para todos e da inclusão social, busca-se entender os desafios da prática docente na alfabetização da pessoa privada de liberdade. A pesquisa tem como objetivo



central analisar os desafios da prática docente no espaço prisional e identificar os obstáculos que impactam na atuação pedagógica do alfabetizador na educação de jovens e adultos. A problemática central é: Quais os desafios da prática docente no processo de alfabetização da pessoa privada de liberdade?

Por isso, são apresentadas as seguintes hipóteses: Existe um alto índice de analfabetos e as faltas de recursos para os docentes, com base nestas hipóteses, podem entender de que forma é trabalhada a formação destes docentes. A escolha por esse tema surgiu de uma curiosidade a partir de uma experiência em sala de aula com turma de alfabetização, cuja curiosidade fez pensar e questionar os desafios do docente neste processo que exige contato físico e recursos aprofundados. Sendo assim, para auxiliar na investigação proposta, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) analisar quais os desafios da prática docente no processo de alfabetização da pessoa privada de liberdade; b) analisar os recursos oferecidos aos docentes que atuam na educação prisional com a alfabetização; c) identificar os desafios da prática pedagógica do professor alfabetizador no âmbito prisional.

Esse trabalho demonstra relevância acadêmica por possibilitar entender os desafios da prática docente no processo de alfabetização da pessoa privada de liberdade, tendo em conta as dificuldades do analfabetismo no âmbito prisional, seus limites estruturais e opressões do sistema, assim contribuindo para a busca de uma prática pedagógica libertadora. A metodologia abordada nesta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, pois se baseia na análise de produções acadêmicas e documentos oficiais, foram selecionados artigos e teses para compreender os desafios da prática docente no processo de alfabetização da pessoa privada de liberdade.

Além disso, foram analisados documentos normativos e relatórios institucionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade (2009) e o relatório do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012).

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo temático, identificando categorias como: formação docente, condições de trabalho, recursos pedagógicos, políticas educacionais e ressocialização. Essas categorias permitiram



organizar e interpretar as informações do referencial teórico abordado, articulando-as com os objetivos específicos propostos. Por fim, a pesquisa buscou garantir rigor teórico-metodológico por meio de fontes e dados, visando uma compreensão crítica e contextualizada do tema investigado.

Essa pesquisa foi dividida da seguinte maneira: No primeiro momento é abordada a educação nos espaços prisionais: breves apontamentos que discute a formação docente, a realidade dos alunos, a falta de preparo dos professores e as políticas educacionais. Em seguida, a análise dos recursos oferecidos aos docentes que atuam na Educação Prisional aborda a precariedade dos recursos materiais pedagógicos e de apoio psicológico aos docentes. No terceiro momento são abordados os desafios da prática docente do professor do âmbito prisional, enumerando os obstáculos do cotidiano e a busca de estratégias didáticas adaptadas e a relação entre políticas públicas e prática pedagógica. Para finalizar, a última seção aborda o professor alfabetizador no espaço prisional: limites e possibilidades. Nesta seção, ressalta-se a importância da educação e que a alfabetização no cárcere é direito humano, os desafios enfrentados pelos docentes, como falta de estrutura, formação docente e a dificuldade dos alunos privados de liberdade, apontando as possibilidades de enfrentamento e superação.

1. A EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS PRISIONAIS: Breves apontamentos

A falta de recursos e a degradação do espaço prisional são problemas que refletem o descaso com o sistema carcerário. Superlotação, infraestrutura precária, falta de higiene e insuficiência de assistência jurídica transformam as prisões em ambientes desumanizadores. Essa realidade não só viola direitos básicos, mas também dificulta a reintegração social, além da ausência de investimentos, demonstra a urgência de uma reforma penitenciária que priorize a dignidade humana e a ressocialização.

Continuamos a abarrotar nossas prisões, tranquilizados pela ilusão eficiente de diminuir a delinquência, pondo atrás das grades os violadores das normas penais, mas não raros esquecidos da condição de seres humanos dos que, subtraídos momentaneamente do nosso convívio, abandonamos depois dos muros. (CNJ, 2012.)

O relatório do Mutirão carcerário do CNJ (2012) relata às situações dentro dos presídios, a falta de estrutura e a superlotação de celas trazendo dados e índices que demonstram a falta de interesse da pessoa privada de liberdade (PPL) em recomeçar



uma socialização ou, até mesmo, a busca por uma vida fora da criminalidade, pois além de perderem a liberdade, perdem a esperança de se ressocializar e ter uma vida digna fora dos muros da prisão, tendo em vista que serão excluídos, mesmo após o cumprimento da pena assim, repetindo os mesmos ciclos de violência e criminalidade. Quando se é oferecida uma infraestrutura de qualidade digna e recursos para os PPL a busca por uma vida digna na sociedade é vista como uma opção por eles.

Os estudos demonstraram que Onofre (2012) em seu artigo intitulado "Desafios na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... um quê de utopia?", aponta a importância de implementar as Diretrizes Nacionais para a Educação de jovens e adultos em privação de liberdade (2009). A autora coletou materiais em conversas e entrevistas informais com professores, que relataram a singularidade do cotidiano dos docentes e a forma como trabalham projetos de vida dos educandos.

Onofre (2012) relata a forma que o docente tem autonomia para reconhecer as dificuldades em sala de aula em presídios, entretanto essas dificuldades acarretam uma série de preocupações para eles como a forma que é investida em formação continuada para os docentes é fragilizada, pois uma boa docência requer valorização e apoio essa falta de recursos dificulta uma boa formação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

Práticas sociais ali existentes, é geradora de interações entre os sujeitos, promove situações de vida com melhor qualidade, enraíza, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite (re)conquistar cidadania. Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura do professor como ator importante na construção de espaços onde o aprisionado pode (re) significar o mundo como algo dinâmico e inacabado. (ONOFRE, 2012, p.6)

Nesta citação, Onofre (2012) aborda a forma como a educação é desenvolvida no ambiente prisional, a qual promove a inserção da pessoa privada de liberdade, a partir da construção de um plano de ação para este sujeito, indo além de trabalhar conteúdos educacionais, com práticas que o incluem. Assim, se aproximando da realidade, em que a PPL irá se incluir não se trata apenas de replicar métodos tradicionais, pois são necessárias abordagens que se diferenciem do convencional e que se adaptem à realidade tanto cultural como social, valorizando os conhecimentos prévios do aluno mesmo que informais.

É provável que processos de muitas PPL, dentro da escola, tenham sido



marcadas por fracassos escolares, gerando baixa autoestima e julgamento, tendo em vista que esses desafios mostram que a sala de aula é um lugar de aprendizagem e que errar faz parte do processo. O objetivo é entender a educação não como uma obrigação legal, mas sim uma ferramenta para quebrar o ciclo de violência e reincidência, oferecendo uma segunda chance através do conhecimento e da redescoberta da própria dignidade e potencial.

O artigo de Araújo e Pereira (2020a) apresenta um estudo de caso, apontando os desafios e possibilidades da alfabetização no sistema prisional em São Mateus-ES. A pesquisa qualitativa analisa a alfabetização de 1º a 4º etapa em um presídio, destacando o impacto positivo que a educação pode ter na vida de pessoas privadas de liberdade que não tiveram acesso à educação. O estudo investiga a prática docente no sistema prisional, os materiais disponíveis para as professoras e como elas utilizam os saberes e experiências dos alunos em situações de privação de liberdade.

Os autores Araújo e Pereira (2020a) destacam como a vida socioeconômica pode afastar o sujeito (a pessoa) da educação, resultando em falta de oportunidades no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade. Isso pode levar à marginalidade, mas muitos encontram a chance de retomar os estudos no sistema prisional.

Entretanto, José e Leite (2021) discutem a formação de professores na educação de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade, ressaltando fragilidades nesse processo. A pesquisa, realizada por meio de entrevistas com docentes de Mato Grosso do Sul, destaca a importância da formação dos educadores para atender às especificidades e experiências individuais dos alunos no contexto prisional.

Percebemos que a formação dos docentes na educação de jovens e adultos é precária, pois muitos ingressam na área sem a preparação adequada. Nas entrevistas, os professores relataram a falta de disciplinas sobre essa temática em sua formação acadêmica, incluindo a educação prisional. Ao começarem a trabalhar, encontraram cenários negligenciados e não conseguiram desenvolver a importante tarefa de reintegrar esses sujeitos à sociedade por meio da educação, que vai além da alfabetização, envolvendo a apresentação de novas oportunidades.

Nesse sentido, Figueiredo e Paniago (2023) indicam a educação prisional federal, destacando os desafios enfrentados pelos professores nesse contexto. As autoras discutem a realidade das pessoas privadas de liberdade, as políticas de educação prisional, a ressocialização e os obstáculos que os docentes encontram.



Essa ressocialização prevista em lei chega até os professores de uma forma complexa, exigindo, muitas vezes, uma resposta imediata ou soluções rápidas que resolvam a situação educacional dos carcerários, cabendo a eles a busca de formações continuadas que lhes deem condições concretas de trabalho, uma vez que estão lidando com uma camada da sociedade que as instituições educacionais superiores não os prepararam para vivenciar. Pensar em uma ressocialização na qual a escola é vista como um caminho para a liberdade é colocar todo o peso de uma educação que não alcançou êxito quando esse privado de liberdade estava fora das grades da prisão nas —mãos! de uma educação prisional, a qual, por lei, estabelece que a assistência educacional é direito do privado em liberdade!. (FIGUEIREDO; PAGIANO, 2023, p.9).

A formação docente é constantemente moldada pelas realidades da educação prisional e, embora reconheçam a importância da ressocialização do aluno e a implementação de projetos de vida, é difícil operacionalizar sua prática pedagógica. Santos e Fernandes (2023) analisam a relação dos presos-educandos com a escola, com foco nas experiências e trajetórias de vida desses sujeitos. As autoras revisitam teses e dissertações para discutir como a convivência com professores e os objetivos dos presos em relação à educação variam desde a remissão de pena até a busca por um futuro melhor ou apenas uma forma de distração durante a prisão.

As autoras retratam a realidade de pessoas privadas de liberdade que tiveram seu direito à educação aniquilado. A educação prisional visa a reinserção social, mas a sociedade não está preparada para recebê-la, resultando em um novo afastamento dos estudos e perpetuação da exclusão social. A partir desse contexto excluente, ficam alguns questionamentos que atravessam o processo de escolarização no contexto prisional. Cada pessoa privada de liberdade, cumpre sua pena, para pagar a sua culpa? Para apagar a sua culpa? Para superar a sua culpa? Para identificar/reconhecer a sua culpa? Para tomar consciência da sua culpa? Para modificar sua visão sobre a culpa? Estas questões perpassam o processo de alfabetização? Se a resposta for sim, no que a alfabetização promove tais reflexões e quais delas têm realmente importância na promoção social de cada pessoa privada de liberdade?

2. OS DOCENTES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO PRISIONAL

O cenário de alfabetização de alunos privados de liberdade, os autores que tratam da formação de professores e a superação do analfabetismo no sistema penitenciário indicam que a atuação do docente na educação prisional é desafiadora e requer suporte específico. Infelizmente, não é a realidade dos professores do ambiente prisional, pois é



tomada pela escassez e a falta de recurso, por mais que as políticas e as diretrizes assegurem a formação e a valorização dos docentes que ao se inserirem no âmbito escolar prisional não tem qualidade de infraestrutura e valorização do seu trabalho, além do olhar preconceituoso da sociedade que vê estes professores como defensores de criminosos. O professor não é visto como um profissional que busca quebrar ciclos de violência e criminalidade na sociedade por meio da formação e desenvolvimento pessoal e humano destes alunos privados de liberdade.

Neste artigo, Borges e Santos (2022) relatam a realidade dos docentes quando estão inseridos no meio escolar prisional e como a falta de recursos e preparo para salas de aula com as pessoas privadas de liberdade afeta os professores, pois no curso de licenciatura não somos preparados para trabalhar no âmbito prisional e como ele é diferente da sala de aula de escola regular. As realidades não são iguais, porém o método que vem para o professor aplicar é o mesmo conteúdo que muitas vezes não tem preparo e direcionamento de como abordar os alunos privados de liberdade, gerando uma desestabilidade ao docente que não se sente preparado para estar em sala de aula de contexto prisional.

Essa desvalorização do docente também foi retratada pela falta de apoio dos gestores da instituição que não buscam nortear o que o docente precisa realizar em sala de aula, além do conteúdo como desenvolver de forma lúdica para que os alunos se interessem pelo conteúdo. Outra forma de desvalorização se dá por parte dos funcionários que são os agentes penitenciários que, muitas vezes, não aceitam a escola dentro dos presídios e muito menos a interação professor e aluno, que são indispensáveis para uma educação igualitária e transformadora (BORGES; SANTOS, 2022).

Borges e Santos (2022) tratam desse tema, que é a desvalorização e falta de recursos dos docentes, de forma clara e bem articulada, que deixa muito bem explícito como essa falta reflete dentro da sala de aula do contexto prisional. A desvalorização do trabalho e do empenho é desanimadora. A exclusão que seus alunos privados de liberdade vivem passa a ser uma vivência desse professor, que luta todos os dias por um espaço na sociedade como educador e que busca o mesmo reconhecimento de um professor de escola regular. Os autores citam que o sentimento de inferioridade e menosprezado diante da sociedade e de seus colegas de escolas regulares é comum, como se o estigma da prisão fosse estendido aos docentes.



Em toda essa discussão duas coisas permanecem sem solução, a da formação que tenha por foco o trabalho pedagógico para espaços não escolares, como cita a DCNs 2006, o “contexto não escolar”. E outro aspecto é a necessidade que todos sentem da orientação, diretriz, norte ou direção de como, por que, quando e onde promover o trabalho pedagógico em contexto não escolar. As duas insatisfações revelam a necessidade de formação em Pedagogia, ou seja, uma formação que vai além da docência e supera as práticas de ensino reduzindo a formação pedagógica à técnica. Estudos da Rede Nacional de Pedagogia apontam a necessidade de retomar os conhecimentos sobre Pedagogia na formação de Pedagogos e Pedagogas. Um trabalho recente sobre os cursos de Formação em Pedagogia, confirma que no Sul do Brasil essa é uma realidade:

Os dados da pesquisa indicaram que os PPPs se centram, prioritariamente, na referência a uma compreensão de “trabalho” como “prática”, seja como prática pedagógica, seja como prática educativa, sem, no entanto, descreverem de forma fundamentada o que isso significa, tratando-as como sinônimos ou considerando-as sob um espectro mais amplo, mas sem fazer uma demarcação conceitual clara. De modo geral, aplicam o termo “prática” de modo genérico, vinculado a um saber-fazer limitado ora a um aplicacionismo, no sentido de utilidade pragmática do conhecimento estudado, ora a uma espécie de ativismo, ao entender prática no sentido de mera ação de estudantes, focada no uso de metodologias designadas como “ativas”. (PORTELINHA, BRAIDO, ORZECHOWSKI. 2024, p. 205)

Assim a formação em Pedagogia requer muito além de se preparar para uma docência. A docência é uma das funções que o Pedagogo desenvolve e aprofunda em sua formação, mas não será a única e, também não se pode reduzir a docência ao contexto escolar formal. Além disso a docência em Pedagogia é um campo de atuação que impregnado do processo de transformação social, não está para reproduzir ou adaptar-se em meio as metodologias e conteúdos, mas, é uma docência que problematiza conteúdos e metodologias, a partir dos espaços onde a educação aconteça. Assim se processa o exercício da Pedagogia na escola, na prisão ou em outro contexto socioeducativo, sociocultural e sociopolítico. É urgente formar Pedagogos e Pedagogas nos cursos de Pedagogia do Brasil.

3. DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DO PROFESSOR DO ÂMBITO PRISIONAL

Os desafios da prática docente do professor no sistema prisional são inúmeros e todos os dias, desde a falta de recursos ao desinteresse dos alunos privados de



liberdade, mudança de horários, transferência de PPL, salas de aula improvisadas, falta de materiais adequados ou, até mesmo, pressão devida a questões de segurança.

No artigo dos autores Paixão, Guimarães e Sanches (2023) relatam os desafios que os docentes enfrentam no âmbito prisional, neste artigo tem depoimentos de professores que atuam no sistema prisional, eles relatam os desafios dentro e fora da sala de aula citam as dificuldades de lidar com salas pequenas, a falta de documentos e de como trabalhar com ensino EJA (Educação de Jovens e Adulto) pois o conteúdo que é proposto vem do ensino regular e muitas vezes os professores não segue o proposto e adaptam para a turma conseguir acompanhar os conteúdos.

Segundo os entrevistados, devido à falta de maiores recursos de todos os tipos, inclusive de caixa escolar que, após muitos anos, conseguiram somente agora para o ano de 2021, eles tentam então maximizar seus próprios recursos pessoais, docentes e pedagógicos, na otimização das aulas e da dinâmica dessas atividades. Implementam as aulas com jogos, pequenos vídeos, e ilustrações as mais criativas que lhes possam ser possíveis para interagir com o grupo. Tentam ali, na medida do possível, adaptar o que faziam no ensino regular e oferecerem aos detentos participantes uma proximidade com a realidade externa e com os métodos padrões do ensino regular mais vigente. (PAIXÃO; GUIMARÃES; SANCHES, 2023, p. 12)

Nesta citação os autores relatam como os professores tentam aprimorar suas aulas com recursos que eles mesmos buscam, de forma que não vá contras aos materiais que entram no sistema prisional, tentando aproximar o aluno privado de liberdade a realidade de uma escola regular. O docente enfrenta esses desafios, pois sabe o quanto é valioso trabalhar o lúdico com a teoria e quantos esses dois pontos são importantes no processo de aprendizagem para a formação de alunos críticos e humanizados. Toda essa energia em adaptar a EJA para as PPL, é de grande reconhecimento, entretanto, é inegável que a EJA também não foi pensada, em seus princípios, para o contexto prisional. Esta é uma modalidade que foi pensada para atender jovens e adultos que não cumpriram seu processo educacional na escola regular, contudo, são pessoas livres, trabalhadores e não tinham problemas com a justiça. Portanto, a EJA que agora é uma modalidade que atravessa a educação em contexto prisional, já não terá a mesma concepção e não poderá ser simplesmente adaptada, exige-se neste processo uma *práxis* pedagógica construída a partir de uma outra realidade a ser considerada a partir daquelas problematizações já feitas no texto acima, subseção 1.



Bessil e Merlo (2017) apontam que os docentes do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no sistema prisional enfrentam preconceito tanto da sociedade quanto dos familiares e colegas de outras áreas, além de estarem em constante pressão do sistema.

Um professor relata neste artigo que: “nós somos vigiados” (BESSIL; MERLO, 2017, p.5), evidenciando a desconfiança do sistema institucional com os docentes, realidade de tantos professores que, além de lidarem com todas as dificuldades dentro da sala de aula, enfrentam o preconceito por apenas estarem lutando pelo direito de todos terem acesso à educação.

Segundo Onofre e Julião (2013) em seu artigo: A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas, trata-se das políticas públicas que abordam de forma que esse tempo encarcerado traga aprendizado para as pessoas privadas de liberdade assim, inserindo para ele um projeto de vida que o auxilie nesta ressocialização na sociedade, esse pensamento se relaciona a formação de professores que buscam trazer conteúdos significativos para este aluno durante o período penal, tendo em vista que o docente interligue as políticas públicas em sua prática com o privado de liberdade.

O Estado tem a responsabilidade de promover práticas de fortalecimento e controle de políticas públicas no sentido de que os direitos humanos básicos sejam garantidos, com igualdade para todos os sujeitos, incluindo-se aqueles que se encontram em privação de liberdade. Tais políticas devem estar evidenciadas no cotidiano prisional, fazendo-se dessa instituição um espaço educativo, e a educação é um dos eixos fundamentais desse processo. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p.2)

Fica evidenciada nessa perspectiva que a sala de aula no âmbito prisional deve ser um espaço de aprendizagem e não como punição. É necessário colocar o sujeito de direitos na condução da sua própria vida, reconstruindo sua identidade e cidadania, tornando o espaço prisional um ambiente formativo e político.

4. O PROFESSOR ALFABETIZADOR NO ESPAÇO PRISIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

O analfabetismo não é apenas a incapacidade de ler ou escrever, mas também uma limitação ao acesso aos direitos e às oportunidades. É um fator que frequentemente acompanha histórias de vida que enfrentaram a vulnerabilidade socioeconômica e pela marginalização. No contexto prisional, essa realidade se agrava pelas limitações vivenciadas pela pessoa privada de liberdade, repetindo um ciclo de



pobreza, exclusão e reincidência criminal.

Propostas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgem para romper esses ciclos de analfabetismo, oferecendo a possibilidade de reconstruir sua identidade, habilidades e permitindo que consigam retornar à sociedade preparados para a leitura do mundo. Entretanto, as condições que lhe são oferecidas no âmbito prisional por falta de estrutura e investimentos em políticas fazem com que essa efetivação passe por uma precariedade do sistema prisional. “O analfabetismo é um dos problemas sociais mais graves em muitas partes do mundo, impedindo o desenvolvimento pessoal e limitando as oportunidades de emprego.” (QUEIROZ, 2023, p.1)

Segundo o autor, o analfabetismo é uma barreira estrutural para o desenvolvimento humano e social, não representando apenas uma carência educacional, mas sim um ciclo que se repete de exclusão social e pobreza. Além de que o analfabetismo restringe a autonomia e a capacidade de interação social, impedindo o sujeito de ter um emprego digno, assim, aumentando o índice de criminalidade, desta forma, a educação surge para reintegrar esse sujeito na sociedade, auxiliando na emancipação e na recuperação do direito de ter uma vida de forma humanizada.

A pesquisa intitulada “Desafios e possibilidades da alfabetização no sistema prisional em São Mateus-ES: um estudo de caso” de Marenilda Gomes do Nascimento Araújo e Nilda da Silva Pereira (2020b), nos apresenta dados importantes sobre os dilemas vivenciados no espaço prisional. O estudo, realizado no Centro de Detenção Provisória e Penitenciária de São Mateus, envolveu 10 alunos privados de liberdade, matriculados da 1^a à 4^a etapa da EJA, e 2 professoras alfabetizadoras, que, por meio de entrevistas, trouxeram percepções dos alunos e desafios do processo de alfabetização no cárcere. Para as autoras, os desafios encontrados pelos docentes diante da educação prisional são, principalmente, o fato da dissociação da importância política na educação.

Na realidade da sala de aula, quanto mais o professor direcionar a turma para os seus desejos e formas, menos esses alunos se posicionam. Para o professor, significa “ter uma turma que não dá trabalho”, pois o educando geralmente não questiona, não se incomoda com nada, aceitando tudo passivamente. E tal atitude se repete diante da vida cidadã, pois muitos agem passivamente diante da estrutura autoritária do estado, se julgando subordinados a estes e a suas leis, aceitando o que lhes é imposto acriticamente. (ARAÚJO; PEREIRA, 2020b, p. 54).



Desse modo, a falta de conhecimento, quando este docente chega ao âmbito prisional, torna-se uma educação opressora. Quando a pessoa privada de liberdade não encontra espaço para sua voz dentro da sala de aula, apenas aceita o sistema que o professor opõe. É importante destacar que, muitas vezes, isso acontece porque este docente não teve conhecimento na graduação que fizesse aprender sobre a Educação de Jovens e Adultos. O docente, quando tem conhecimento adequado para trabalhar com as pessoas privadas de liberdade, trabalha de forma crítica, proporcionando autonomia para que pensem e expressem suas opiniões e questionamentos, uma verdadeira educação libertadora.

O/a professor/a alfabetizador/a necessita estar atento às indicações dos/as estudantes e escutá-los. Mesmo que o Programa de Alfabetização Prisional descreva que se deve ter pouco diálogo e não estabelecer vínculos com este público, o planejamento docente será de uma educação libertadora voltada às necessidades destes alunos. Neste caso, desobedecer às leis morais injustas se constitui como papel da educação libertadora. (ARAÚJO; PEREIRA, 2020b, p.59)

Outro aspecto a ser considerado como um dos desafios que os docentes enfrentam, segundo Araújo e Pereira (2020b), é a repressão que o sistema impõe. Desobedecer se torna necessário pela busca de uma pedagogia digna escolhendo escutar, incluir e estabelecer vínculos com os educandos privados de liberdade, não apenas por respeitar a dignidade, mas, também, por lutar por uma educação que liberta, humaniza e prepara para a sociedade. Assim podemos ver a verdadeira educação no cárcere como um ato de coragem pelos nossos docentes que buscam melhorar e não ficar submissos a um sistema de opressão.

Outros desafios encontrados no âmbito prisional, identificados nas pesquisas empíricas de Araújo e Pereira (2020b), foram a falta de recursos pedagógicos e as restrições de segurança que limitam a prática pedagógica. Quando as autoras questionam sobre os materiais que têm restrições, uma das professoras entrevistadas relata: “Gostaria de utilizar mais materiais didáticos, mas como há restrições, devido ao fator segurança, não o faz” (ARAÚJO; PEREIRA, 2020b, p.61). Apesar de ser uma questão de segurança para as docentes, essas restrições de materiais acabam dificultando a preparação deles para que ajudem no processo de alfabetização das pessoas privadas de liberdade sendo assim, as docentes buscam outros métodos que facilitem este processo e que seja de forma interativa, a busca por novos métodos e



ações que façam o aluno se desenvolver de forma prática. Outro desafio encontrado pelos docentes vem do histórico da dificuldade que alguns alunos privados de liberdade para se alfabetizar ocorre por meio das consequências do uso de drogas quando estavam em liberdade.

Fica evidente que o docente precisa ter criatividade e resiliência em todos os momentos de sua prática, porque além das dificuldades estruturais do sistema prisional. Eles ainda, enfrentam as limitações de seus alunos. A educação é colocada como uma solução, porém as políticas públicas não oferecem os suportes básicos nem para as pessoas privadas de liberdade e nem para docentes que constantemente lutam por uma educação digna e humanizada.

A alfabetização em espaços prisionais não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas um direito humano e social garantido constitucionalmente. Oferecer educação às pessoas que estão privadas de liberdade é um passo muito importante para garantir o respeito à dignidade humana para o exercício da cidadania, mesmo estando em restrição de liberdade. A educação neste cenário não é apenas transmissão de conhecimento e, sim, quebrar ciclos de exclusão, violência e reincidência criminal.

Para que esta transformação ocorra é de extrema importância reconhecer, valorizar e investir em formação específica para os docentes que atuam no âmbito prisional e que enfrentam tanto desafios, estes profissionais são agentes centrais para o processo ressocialização da pessoa privada de liberdade atuam na reconstrução de projeto de vida e identidade. Portanto, garantir condições de trabalho justas como: suporte material, formação continuada, apoio psicológico e reconhecimento social e institucional esses direitos devem ser indispensáveis para ter uma educação prisional de qualidade e que sua função seja realmente colocada em prática que é a transformação e ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a importância e relevância da presente pesquisa para área da educação, pois a alfabetização no sistema prisional é um instrumento fundamental para a garantia de direitos e a dignidade humana, representando um grande passo no processo de ressocialização. Este estudo buscou compreender os desafios da prática docente no



processo de alfabetização da pessoa privada de liberdade, sendo a problemática central que orientou esta investigação.

A análise bibliográfica e documental realizada permitiu identificar um conjunto de desafios que os docentes enfrentam, dentre eles a falta de recursos pedagógicos e infraestrutura limitando a ação pedagógica, a carência de formação específica e continuada aos docentes que não os prepara em sua formação inicial para atuar em contextos prisionais. Além disso, destaca-se a desvalorização do profissional e a ausência de apoio psicológico, gerando fragilidade emocional, sobrecarga prejudicando sua prática e sofrimento do preconceito social por atuarem no sistema prisional por parte da sociedade, colegas de outras redes, família, e até mesmo, pelo próprio sistema. Para finalizar, os docentes buscam novas estratégias criativas diante das adversidades desenvolvendo táticas adaptativas como o uso de jogos, vídeos e adaptações didáticas para tornar o processo de alfabetização significativo.

É importante compreender que a prática docente no ambiente prisional é um espaço formativo e não punitivo, no qual a educação é emancipatória. É muito importante, reconhecer que o papel do docente é de reconstrução de identidade. Nesta função estão os agentes socioeducativos. Mas a prática docente terá muito a contribuir na elaboração do conhecimento e nas reflexões que esse conhecimento processa no cognitivo de cada PPL, sendo assim, poderá contribuir para o rompimento dos ciclos de violência e exclusão, porque leva a cada apenado a possibilidade de tomada de consciência e promoção da sua emancipação. Existe a possibilidade de que o sujeito contribua para a justiça social e o desenvolvimento da convivência humanizada. Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu para a formação de futuros docentes ao trazer a complexidade desta temática, especificando os desafios da educação em contexto de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. S.; PEREIRA, E. W. A. **Educação em contextos de privação de liberdade**. Curitiba: Appris, 2020a.

ARAÚJO, M. G. do N.; PEREIRA, N. da S.. Desafios e possibilidades da alfabetização no sistema prisional em São Mateus-ES: um estudo de caso. In: MONTEIRO, S. A. de S. (org.). **Educação de jovens e adultos: ações de consolidação da agenda**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020b. p. 12-27.

BESSIL, M. H.; MERLO, Á. R. C. A Prática Docente de Educação de Jovens e



Adultos no Sistema Prisional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 285-293, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121115>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BORGES, L. E. de Q.; SANTOS, G. A. dos. A formação de professores no sistema de ensino prisional: uma análise curricular, metodológica, emocional e utópica na busca da ressocialização e humanização dos reeducandos. **RECeT – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Presidente Epitácio, SP, v. 3, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2022. ISSN: 2675-9098.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília: MEC, SECAD, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br> Acesso em: 5 nov. 2025.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Mutirão Carcerário: raio-X do sistema penitenciário brasileiro**. Brasília: CNJ, 2012.

FIGUEIREDO, J. C. A. de; PANIAGO, M. C. L. A educação prisional em presídio federal: os desafios dos professores diante dessa realidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2318-19822023000200155&script=sci_arttext. Acesso em: 30 ago. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 5 nov. 2025.

JOSÉ, G. de O. M.; LEITE, Y. U. F.. Formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade. **Humanidades e Inovação**. Palmas, v. 8, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5110>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ONOFRE, E. C. Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... um quê de utopia? In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **Educação Escolar na Prisão**: a versão de seus protagonistas São



Carlos: EDUFSCar, 2012.

ONOFRE, E. M. C; JULIÃO, E. F.. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 22 set. 2025.

PAIXÃO, J. A. da; GUIMARÃES, G.; SANCHES, J. G. O professor e a educação em unidades prisionais: desafios e possibilidades do trabalho docente por entre as grades. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, MG, ano 26, n. 50, p. 1-20, ago./dez. 2023. e-ISSN: 2317-0093.

PORTELINHA, A. M. S.; BRAIDO, L. da S.; ORZECHOWSKI, S. T. (orgs) **Dimensões formativas de Cursos de Pedagogia da Região Sul do Brasil** [recurso eletrônico] organização - 1. ed. - Jundiaí SP: Paco, 2024.

QUEIROZ, C. C. da S. F. Analfabetismo e prisão: implicações sociais da educação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 2936-2952, set. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11419.

SANTOS, I. Al. dos; FERNANDES, V. M.. Sujeitos, experiências e trajetórias de vida: a relação dos presos-educandos com a escola na prisão. Fac. Sant'Ana em **Revista, Ponta Grossa**, v. 7, p. 486-512, 2. sem. 2023. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Maria Eduarda Dos Santos Jaskulski

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, estudante vinculada ao GETFOP - Grupo de Educação, Trabalho e Formação de Professores.

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Professora Dra. Vanessa Elisabete Raue Rodrigues – Pós-doutora em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. É pesquisadora vice-líder do GETFOP - Grupo de Educação, Trabalho e Formação de Professores e vice-líder do Grupo de Pesquisa Diálogos Interdisciplinares em Direitos Humanos: Educação e Gestão. Atua, ainda, como coorientadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Unicentro na linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, história e organização da educação brasileira.